

1  
2  
3

4 Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e oito realizou-se a Centésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de  
5 Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às  
6 quatorze horas e vinte minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Francisco da Rocha Simões Pires**, Secretário  
7 de Estado do Meio Ambiente; **Sr. Dalmir Mendes dos Santos**, Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Luiz Augusto**  
8 **Petry**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Marcelo Zaslavski**, Representante da Secretária da  
9 Cultura; **Sr. Aloísio Siragelo Braun**, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Doadi Antônio Brena**,  
10 Representante do Secretário do Desenvolvimento dos Assuntos Internacionais; **Sr. Carlos Alexandre V. Ávila**, Representante  
11 do Secretário das Obras Públicas e Saneamento; **Sra. Margareth Vasata**, Representante do Secretário da Coordenação e  
12 Planejamento; **Sr. Luís Roberto Gomes Marques**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Flávio Lewgoy**,  
13 Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker**, Representantes Titular da Mira-Serra; **Sra. Lúcia Schild Ortiz**,  
14 Representante Titular dos Amigos da Terra; **Sra. Maria Teresa Rava Rodriguez**, Representante Titular da Instituição  
15 Universitária Pública; **Sra. Eloísa Rodrigues Quines**, Representante Titular do SINDIÁGUA; **Sr. Adilson Carlos Metz**,  
16 Representante Titular da FETAG; **Sr. Sidnei Bruschi**, Representante Suplente da FIERGS; **Sr. Luiz Antônio B. Germano da**  
17 **Silva**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**,  
18 Representante Titular da FAMURS; **Sr. Maurício Colombo**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas.  
19 Participaram também da reunião, como convidados: Tiago Eduardo Genehn – INGÁ, Fernando Montese e Antônio Carlos  
20 Spiller – Prefeitura de Guaporé, Virgínia de Carvalho Fett – OAB/RS; Lourival Alves Vasconcelos – Presidente da CML;  
21 Luciane Copetti – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde; Sildemar Ziezkowski – Secretário da CML,  
22 Eduardo Belmiro da Silva – Secretaria Executiva do CIDES Vale do Rio Cuiabá, e Célio Nogueira Cunha – Assessor Técnico -  
23 MT. **Pauta: 1. Discussão da Ata da 106ª Reunião Ordinária do CONSEMA e Ata da 33ª Reunião Extraordinária do**  
24 **CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Qualificação de Municípios; 4. Recursos Administrativos; 5. Contribuições da**  
25 **FIERGS; 6. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Francisco da Rocha Simões Pires – SEMA, e  
26 secretariados pelo Sr. Tiago Castagnetti – Secretaria Executiva da SEMA. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):**  
27 Boa-tarde a todos. Em havendo a Secretaria comunicado que temos *quorum*, declaro abertos os trabalhos. Estamos recebendo,  
28 de modo honroso, uma comitiva de secretários, representantes de organizações do Estado de Mato Grosso, que são membros da  
29 Comissão de Municipalização e Licenciamento do Estado de Mato Grosso. Gentilmente estão-nos visitando, na busca de abrir  
30 um espaço de discussão, na busca de abrir um espaço de troca de experiência e, também, ver como foram feitos os trabalhos,  
31 reuniões e visitas. Enfim, ver como anda e como está o nosso processo de qualificação dos municípios para o licenciamento  
32 das atividades de impacto local. Eu convido o Dr. Lourival Alves para integrar a nossa Mesa, como uma forma mínima de  
33 agradecimento do Estado e, em especial, do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Se o Plenário concorda, eu abro a palavra  
34 para uma manifestação do Dr. Lourival, que é Presidente da Comissão de Municipalização e Licenciamento. Alguma objeção  
35 nesse procedimento? Então, a palavra com o Dr. Lourival. **Sr. Lourival Alves Vasconcelos:** Obrigado. Quero agradecer ao  
36 Secretário pela acolhida que tivemos em Porto Alegre. Quero agradecer aos membros deste Conselho também pela  
37 oportunidade. Nós estamos aqui em nome do Governo do Mato Grosso, do Secretário Daldivan, na busca de conhecimento, de  
38 parceria com outros órgãos, no sentido de melhorar e aperfeiçoar o nosso processo na gestão ambiental. Essa visita foi muito  
39 importante, tivemos um grande proveito na conversa que tivemos com vários setores da Secretaria, da FEPAM, no sentido de  
40 obter alguns esclarecimentos. Procede-se aqui no Rio Grande do Sul um processo muito semelhante ao que fazemos em Mato  
41 Grosso, com isso é uma maneira de nos aperfeiçoarmos nesse processo tão importante que é a gestão ambiental. Na nossa  
42 comitiva fazem parte funcionários da Secretaria de Meio Ambiente, secretários e municipais, municípios do nosso Estado,  
43 Presidentes e secretários de consórcios regionais. Nós queremos deixar aqui latente a nossa satisfação de ter vindo aqui, mas  
44 deixar, também, a oportunidade de convidar a Secretaria para nos visitar, para que esse intercâmbio se proceda da melhor  
45 maneira possível. Também extensivo aos membros do CONSEMA. Nós temos, também, alguns setores bem aprimorados na  
46 gestão ambiental. A nossa maior ênfase no licenciamento trata do licenciamento em propriedades rurais, que em conversa com  
47 o técnico da FEPAM, não foi iniciado aqui no Rio Grande do Sul. É um processo bastante proveitoso e auxilia muito na gestão  
48 ambiental. Então, a nossa satisfação é muito grande, sabemos na importância que tem o CONSEMA na definição da política  
49 ambiental do Estado, é onde se fazem as discussões, onde se delibera sobre as melhorias nos licenciamentos ambientais. Então,  
50 queremos agradecer à Secretaria, em especial ao Coordenador do SIGA, que nos acompanhou, que abriu as portas da Secretaria.  
51 Então, quero dar um agradecimento especial a você também, Secretário, que nos recebeu. Então, o nosso muito obrigado em  
52 nome do Governo do Mato Grosso. **Sr. Presidente:** Obrigado, Dr. Lourival, e permaneça conosco na Mesa e o tempo  
53 disponível, o tempo que o senhor tiver vontade. **Sr. Lourival Alves Vasconcelos:** Vamos participar um pouco e depois temos  
54 que nos retirar, porque voltamos embora às 16 horas. Obrigado. **1. Discussão da Ata da 106ª Reunião Ordinária do**  
55 **CONSEMA e Ata da 33ª Reunião Extraordinária do CONSEMA.** **Sr. Presidente:** Seguindo a disciplina regimental,  
56 temos duas atas: da 106ª Reunião Ordinária e 33ª Reunião Extraordinária. Vamos submeter à leitura, mas consulto o Plenário,  
57 dentro da nossa prática usual, os senhores receberam as atas, nós podemos dispensar a leitura das duas atas, mas abrindo o  
58 espaço para as corrigendas que os Conselheiros entenderem pertinentes. Quem é a favor da dispensa? Doze. Quem é contrário?  
59 Quem se abstém? Duas abstenções, sendo consignado da Secretaria da Saúde, que está acompanhando e substituindo. Algum  
60 dos Conselheiros quer fazer alguma corrigenda? **Sr. Doadi Antônio Brena:** Senhores Conselheiros, eu tenho quatro  
61 corrigendas na Ata da 33ª Reunião. Linha 121: *aprovação em nosso território de zoneamento para agricultura*; na verdade, é  
62 *para silvicultura*. Na linha 248, o nome do colega é Glaiçon e não Gladsson. Também o nome do Benzon nas linhas 468 e 463,  
63 é Rodrigo Benzon. São essas as sugestões, Presidente. **Sr. Presidente:** Mais alguém? **Sra. Lisiane Becker:** Boa-tarde. A  
64 AGAPAN, INGÁ, Amigos da Terra e Mira-Serra protocolaram um pedido de suspensão de deliberação da Ata da 33ª Reunião,  
65 visto que não foi apresentada a documentação solicitada. Quanto à Ata da 106ª Reunião eu solicito que revisem as frases  
66 referentes as linhas 923 a 925, 930, 931 e a 939, inclusive, é uma fala bastante importante para a nossa Entidade, quando na 923  
67 menciona sobre o baixo *quorum* para uma demanda da Mata Atlântica, enquanto houve *quorum* em outras pautas até às  
68 21h30min. Ficou bem confusa a frase, acredito que pela gravação será mais fácil de identificar, senão nós podemos enviar por

69 e-mail depois. **Sr. Presidente:** Mais alguma observação? Eu faria corrigendas na Ata da 33ª Reunião, na linha 301, onde  
70 constou *adversidades*, a expressão é *diversidades*. Na linha 412: *Está sendo bem polemizado*. Na linha 600, quando consta a  
71 frase: *À disposição a palavra para a Dra. Irani*; eu me referi à *Vereadora Irani*. Na linha 1068, onde constou: *Construção de*  
72 *política para o meio ambiente e debate*; é: *Construção de política para o meio ambiente e do debate*. Na linha 1280, a  
73 expressão foi: *Estudos de impacto ambiental*. Na linha 1376: *Pelo que o Conselheiro do IBAMA se retirou*. São essas as  
74 retificações. Este requerimento foi apresentação, onde requerem a suspensão do ponto de pauta. Naquele modo democrático, na  
75 Ordem do Dia fala da leitura da ata e já foi dispensada a leitura, ele entra logo após as Comunicações o processo de aprovação  
76 da ata. Eu não vejo problema algum de consultar a Plenária, se os senhores entendem que é pertinente adiar esta apreciação da  
77 ata, mas deixo bem evidente que todos já receberam a ata, é de praxe, todos têm acesso, podem fazer retificações. Na condução  
78 dos trabalhos penso que obstaria, deixaríamos três atas pendentes pelo volume de informações que elas contêm, por todo o  
79 tempo entre uma sessão e outra, que podem ser examinadas. É um pedido que chega em cima da hora, com a sessão aberta, já  
80 estamos no momento da leitura da ata. Quando foi aberta a sessão isto não estava na mesa dos trabalhos, mas não vejo  
81 problema em colocar e ver se os Conselheiros acham pertinente. Para quem ficou na sessão até às 21h30min, participou até o  
82 final, leu a ata e pode fazer as corrigendas, também não podemos ser ingênuos, há demanda, também demandas do Ministério  
83 Público Federal, movida por ONG que pertence ao Conselho. Então, é um alerta que faço, para com juízo de avaliação. Eu vou  
84 pedir que o Tiago faça a leitura do requerimento. **Sr. Tiago Castagnetti:** Ao Conselho Estadual do Meio Ambiente –  
85 CONSEMA. Senhor Secretário, Executiva do Conselho, a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural –  
86 AGAPAN, Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – INGÁ, Projeto Mira-Serra e Núcleo Amigos da Terra, com seus  
87 respectivos representantes perante o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, vem respeitosamente à presença de  
88 Vossa Senhoria, dizer e requerer o que segue: *A Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural – AGAPAN*  
89 *protocolou em 14/04/2008 solicitação de cópia das gravações da 33ª Reunião Extraordinária e demais documentos. Contudo,*  
90 *até o presente momento nada foi apresentado, tampouco, foi apresentado qualquer justificativa para o desatendimento da*  
91 *solicitação. Assim, até que seja satisfeita a solicitação requerem a suspensão do ponto de pauta pertinente à deliberação das*  
92 *atas da 33ª Reunião Extraordinária do Conselho. Aproveito a oportunidade para reiterar pedido, cópia das gravações e*  
93 *solicitar a expedição de certidão, informando todos os documentos protocolados previamente às reuniões realizadas nos dias*  
94 *04 e 09 de abril de 2008. Ante o exposto, no art. 3, da Lei nº 9.051/95, em face da natureza das Entidades postulantes, sejam as*  
95 *informações solicitadas fornecidas gratuitamente. Porto Alegre, 15 de maio de 2008. Vicente Medaglia – INGÁ; Flávio*  
96 *Lewgoy – AGAPAN, Lisiane Becker – Mira-Serra e Lúcia Schild Ortiz – Núcleo Amigos da Terra.* **Sr. Presidente:** Em primeiro  
97 lugar, a Lei nº 9.051 prevê o direito a essas certidões e informações de qualquer órgão público, qualquer instituição, até como  
98 esses de cadastro de inadimplentes, enfim. Porém, a mesma lei diz que deve ser declinado o motivo da solicitação. Quem o  
99 recebe terá o prazo de 15 dias para avaliação, se defere ou indefere o pedido de documentos, a concessão de informações. Em  
100 primeiro lugar, quando foi protocolado o pedido, inicialmente, ainda estavam sendo degredadas e digitadas as atas. Em segundo  
101 lugar, já informo que pelo fundamento da lei poderia ser indeferido de plano. Não é assunto do Plenário, isso seria assunto da  
102 Presidência determinar a expedição de certidões, mas, também, lembro que não veio declinado o motivo, que, em tese, não  
103 obrigaria a deferir o pedido. **Sra. Lisiane Becker:** Eu acredito que o senhor possa ter toda a razão, acredito que possa ter todo  
104 esse amparo legal, mas no momento em que se pede, amparado no que o senhor mesmo falou agora, deveria ter tido um  
105 retorno, dizendo que não seria concedido e que aguardássemos mais informações. O prazo passou e não houve nenhum retorno  
106 da Secretaria para a solicitação da AGAPAN. **Sr. Presidente:** Volto a insistir, não havia no momento em que foi formulado,  
107 não lembro quantos dias levou, mas os pedidos feitos foram determinados com a Secretaria reunir esses documentos e prestar as  
108 informações, mas isso tramita em nível de Secretaria do Conselho. Não é matéria de Plenário, fica para a deliberação do  
109 Presidente do Conselho. Se o Conselho tem o entender de indeferir, então, recorre-se a outra via, se o Plenário entender de  
110 indeferir, afastando, seguramente, a Presidência do Conselho vai encaminhar as informações ou pedir a declinação que  
111 complemente o motivo. **Sra. Lisiane Becker:** O que faltou foi uma notificação, seja ela qual fosse, para a Entidade que propôs  
112 sabe, **Sr. Presidente:** Não foi deferido e nem indeferido, porque faltavam informações. Eu consulto, isso vai ser despachado,  
113 não há problema algum. **Sra. Lisiane Becker:** Mas nós queríamos as gravações para confirmas certas coisas, aí fica  
114 prejudicada a nossa solicitação. Nós também lemos as atas. **Sr. Presidente:** Então, há um processo de desconfiança. Eu faço  
115 questão de submete ao Plenário, então. Se nós vamos partir para o processo de desconfiança quando todas as atas, nunca houve  
116 nenhum pedido das instituições, das organizações não-governamentais, que se ausentaram do Plenário, nunca pediram qualquer  
117 cópia de gravações, então, respeita-se o pedido, mas como foi dito, emerge um sentimento de desconfiança, que não é  
118 fundamento legal para pedido de certidão. **Sra. Lisiane Becker:** Não é desconfiança, mas, inclusive, eu fiz uma correção na ata  
119 da 106ª Reunião, que alterou, significativamente, o que eu falei. Eu tenho plena consciência do que falei, como falei. Então, não  
120 é desconfiança, mas, simplesmente, uma conferência, visto que alguns não ficaram até o final. **Sr. Presidente:** Isto seria mais  
121 próprio juntar ao processo onde tramita e ser decidido pelo Conselho, em nível de despacho administrativo. Se os senhores  
122 entenderem que é matéria para ser submetida e o Plenário acolher a suspensão ou não, não há problema algum. Consulto o  
123 Plenário, quem é a favor de suspender a votação da ata que se manifeste com o cartão de votação. Quatro. Quem é contrário?  
124 Doze. Quem se abstém? Uma abstenção. **Rejeitado o pedido.** **Sra. Lúcia Schild Ortiz (Questão de Ordem):** É uma Questão  
125 de Ordem e pedido de esclarecimento. Os Conselheiros têm direito de fazer o requerimento dessa documentação, a Conselheira  
126 já expôs os seus motivos pelos quais gostaria de fazer essa confirmação das informações que constam na ata. Nós não tivemos  
127 essa resposta da Presidência. Isso não prejudica que se coloque em votação uma ata? Pela própria lei do serviço público nós  
128 temos direito a resposta em 15 dias, o que não tivemos essa resposta. Então, gostaria de um esclarecimento. **Sr. Presidente:** Eu  
129 esclareço duas coisas: o pedido apresentado ao Plenário foi superado, porque foi indeferido pelo Plenário, logo, não vai haver a  
130 suspensão porque o plenário decidiu estar apto a votar a ata. Segundo, como faltavam esses dados não era possível deferir ou  
131 indeferir. Eu estou exercendo a Presidência do Conselho, cabe ao Secretário Carlos Otaviano deferir ou indeferir o  
132 fornecimento das certidões, e é por certidão o fornecimento das informações. Eu já coloquei aos senhores, não foi deferido e  
133 nem indeferido, exatamente porque faltava a documentação. Hoje o Plenário já superou a questão de suspender, o Plenário  
134 decidiu que está apto a votar pela aprovação ou rejeição das atas. **Sr. Flávio Lewgoy (Questão de Ordem):** Colegas, Sr.

135 Presidente, é uma Questão de Ordem, porque a menos que eu esteja enganado, o requerimento pede cópia das gravações, não o  
136 texto da gravação. Cópia da gravação é uma operação simples, ao alcance de funcionários, evidentemente, qualificados,  
137 como nós temos, e ao custo de uma cassete ou um DVD. Então, não se trata de gravação, eu sei que isso é demorado, ainda  
138 mais quando se tem muita coisa. Se o pedido é de cópia da gravação, foi isso que nós pedimos, não foi? **Sr. Presidente:** O seu  
139 pedido foi protocolado e processado: cópia das atas e cópia das gravações. **Sr. Flávio Lewgoy:** Poderia ter sido atendido, ao  
140 menos poderia ter sido dada uma resposta, que seria o mínimo de consideração a nós todos que militamos. Eu pelo menos estou  
141 aqui desde que este Conselho se instituiu, e antes deste Conselho ser instituído já estava aqui participando. Então, perdoe-me  
142 pela franqueza, que eu sempre tive, com todo o respeito, seria o mínimo de deferência ao menos. Como diz a lei, mesmo que a  
143 gente não tenha declinado os motivos, quem pede cópia de gravação, se tem direito, por que não? Então, realmente, era o que  
144 tinha a dizer. **Sr. Presidente:** Volto a repetir, não foi deferido e nem indeferido o pedido, mas a Secretaria apenas aguardava os  
145 documentos faltantes. **Sr. Flávio Lewgoy:** O senhor conduziu a decisão para o Plenário, que, evidentemente, votou e sempre  
146 vai votar a favor da mesa, porque nós somos minoria. Isso é democracia? Então, eu invejo a China, invejo seja lá o que for, a  
147 Albânia. **Sr. Luiz Antônio B. Germano da Silva:** Sr. Presidente, eu gostaria de me alinhar ao Sr. Flávio Lewgoy e às ONGs,  
148 porque acho que este Conselho sempre foi extremamente democrático e acho que a solicitação, não se deve levar em conta se  
149 tem desconfiança ou não, é um pedido e esse pedido, como disse bem o Presidente, não foi indeferido. E acho que também isso  
150 não invalida a análise da ata, por isso eu me abstive do voto. Por quê? Se provar que existe qualquer diferença entre o que foi  
151 gravado e a ata, ela automaticamente está anulada. Por isso eu me abstive. Sr. Presidente, o senhor tem mostrado isso com a  
152 democracia que esta mesa tem-nos posto sempre, eu acho que deve ser entregue essa gravação, as atas já foram enviadas, aí eles  
153 podem a qualquer momento conferir. Não basta parecer honesto. **Sr. Presidente:** Superado, em votação a aprovação da Ata da  
154 106ª Reunião Ordinária e da 33ª Reunião Extraordinária. O Conselheiro Valtemir propõe que haja a votação em separado, da  
155 106ª Reunião e depois da 33ª, pode ser nessa ordem? Então, entra em regime de votação a Ata da 106ª Reunião Ordinária.  
156 Quem é favorável? Quinze. Quem é contrário? Um. Abstenções? Duas. **Aprovada.** Em regime de votação a Ata da 33ª Reunião  
157 Extraordinária. Quem é favorável? Onze. Quem é contrário? Um. Abstenções? Seis. **Aprovada.** Comunicações. **2.**  
158 **Comunicações. Sr. Tiago Castagnetti:** Justificaram ausência: Conselheira Suplente da Instituição Universitária Privada,  
159 Elizabete Maria Zanin, por motivo de compromissos profissionais. Também justificou ausência o Conselheiro da Secretaria de  
160 Segurança Pública, o Tenente-Coronel Ladimir da Silva, devido a compromisso com a Justiça Militar do Estado. Vai  
161 representá-lo nesta 107ª Reunião o Major Luís Roberto Gomes Marques. Também justificou ausência o Centro de  
162 Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul, devido à sobreposição de compromissos de seus representantes titular e  
163 suplente. Através do Ofício nº 038/2008, a Secretaria da Saúde justifica a ausência de seus representantes titular e suplente, e  
164 indica o Sr. Dalmir Mendes dos Santos, Técnico da Vigilância Ambiental e Saúde, para representá-los nesta 107ª Reunião do  
165 CONSEMA. E a Secretaria do Planejamento e Gestão indica a Sra. Margarete Vasata para representá-los nesta reunião. Ofício  
166 da Secretaria de Obras Públicas: Sr. Secretário, ao cumprimentá-lo cordialmente vimos apresentar o Sr. Carlos Alexandre  
167 Varante Ávila como representante desta Secretaria de Obras Públicas ao Conselho Estadual do Meio Ambiente para bairro a  
168 realizar-se nesta data. Atenciosamente, Clóvis Rodrigues – Secretário de Estado das Obras Públicas. São essas as  
169 comunicações. Para o terceiro item de pauta temos a Qualificação de Municípios. **Sr. Presidente:** Tem uma Questão de Ordem  
170 da Conselheira. **Sr. Tiago Castagnetti:** Permita-me esclarecer sobre isso. A Conselheira Lúcia pediu a leitura de um ofício  
171 sobre a questão das faltas. Na segunda reunião do ano de 2008 nós aprovamos o nosso relatório, previsto no Regimento Interno.  
172 Sobre a que dos faltosos nós chegamos a um acordo de que encaminharíamos ofício, consultando sobre o interessante de  
173 continuar fazendo parte das Câmaras Técnicas e informando das faltas. Nós estamos recebendo, a pelo menos 30 dias,  
174 justificativas e manifestações de interessante em continuar. Por exemplo, hoje recebemos do SINDIÁGUA, ontem da  
175 Sociedade de Engenharia, há duas semanas de ti, Lúcia. Então, para que eu não traga aqui ofício por ofício, trazendo o assunto,  
176 repetitivamente, aqui na Plenária, porque haverá pelo menos 20 manifestações, gostaria de contar com a tua compreensão, até já  
177 te pedi que aguardasse, o processo está tramitando. Quando terminar de chegar os ofícios vou fazer um relatório e trazer ao  
178 conhecimento de vocês, mas tudo de uma só vez. Obrigado. **Sra. Lisiane Becker:** Já que veio o assunto, eu gostaria de saber o  
179 prazo, porque na Câmara Técnica de Gestão das Águas eu mesma tomei a liberdade de mandar ofício a todos. Eu quero saber  
180 até quando vamos ficar esperando que as pessoas mandem resposta, dizendo se vêm ou se não vêm, se vão substituir. Nós não  
181 podemos parar uma Câmara Técnica por causa disso. **Sr. Presidente:** Isso entraria em Assuntos Gerais, aí poderemos  
182 estabelecer um marco divisório. Na pauta, Pieper, Qualificação de Municípios. Entra em análise o processo de Guaporé,  
183 Araricá, Charqueadas e Rodeio Bonito, quatro processos de qualificação. **3. Qualificação de Municípios. Sr. Niro Afonso**  
184 **Pieper:** Boa-tarde, Conselheiro, Sr. Presidente. Antes da apresentação dos municípios, queria agradecer à troca de experiência  
185 com o Estado do Mato Grosso. O *Município de Araricá* é um município da região metropolitana. Ele tem, como um dos  
186 requisitos, o Plano Diretor. Está no Vale dos Sinos, entre a encosta do Morro Ferrabraz e Vale do Rio dos Sinos. População de  
187 6.200 habitantes, com 36,57 km<sup>2</sup>. Das características gerais: é uma Secretaria Municipal de Planejamento, onde estão inseridos  
188 os Departamentos de Habitação e Meio Ambiente. Os licenciadores são: um Engenheiro Civil, um Engenheiro Agrônomo, um  
189 Arquiteto e um Biólogo. O quadro econômico, na agricultura: milho, feijão, trigo, hortaliças, frutas; suinocultura: acácia e  
190 eucalipto; pecuária: suínos e aves; piscicultura. Há um equívoco, com certeza está faltando a base econômica industrial,  
191 calçadista, mas no parecer aprovado contém, ate pelos resíduos sólidos industriais, que é um dos principais impactos que  
192 aparecem, como as queimadas, como já foi dito aqui, o manejo inadequado, poluição dos recursos hídricos. Os programas e  
193 projetos para enfrentar esses impactos: Educação para a proteção ambiental, Guardiões Ambientais, Espaço Sementes da Vida,  
194 Ampliação da Central de Triagem e Compostagem, Ampliação do Sistema de Tratamento de Esgoto Doméstico, Dia da  
195 Limpeza, Licenciamento e Fiscalização Ambiental, Recuperação dos Passivos Ambientais e Monitoramento Ambiental dos  
196 Arroios. As pendências são: zoneamento ambiental. A aprovação se deu por unanimidade na reunião que aconteceu na semana  
197 passada. A análise será um a um ou em bloco? **Sr. Presidente:** Pergunto à Plenária, podemos seguir a apresentação dos quatro  
198 municípios? Ok. **Sr. Niro Afonso Pieper:** *Município de Charqueadas*, também região metropolitana de Porto Alegre, fica na  
199 Depressão Central, Vale do Rio Jacuí, na Grande Porto Alegre. A população de 33.808 habitantes, em uma área de 214Km<sup>2</sup>. A  
200 estrutura: Secretaria de Qualidade ambiental, praticamente exclusiva de atividade de meio ambiente, com uma Diretoria

201 Administrativa e de Planejamento Ambiental, um Departamento de Licenciamento ambiental, um Departamento de  
202 Fiscalização Ambiental e um Departamento de Educação Ambiental. Licenciadores: um Biólogo, um Engenheiro Civil e uma  
203 Arquiteta; o fiscal é um órgão ambiental, com as qualificações, e uma equipe multidisciplinar, que são, além daqueles lá  
204 citados, ainda outro Biólogo, um Engenheiro Civil, Arquiteta e Geólogo. A base econômica é industrial. É notório que o  
205 Município de Charqueadas se fortaleceu e foi emancipado em função de uma unidade da Gerda. Também outras atividades  
206 industriais e confecções. E os impactos decorrentes: impactos causados pelas indústrias, fragmentação das áreas verdes e  
207 desmatamento; impacto paisagístico; poluição no rio Jacuí e tributários; ocupação das áreas de risco (enchentes); resíduos  
208 sólidos domésticos, de saúde; efluentes cloacais domésticos; emissões aéreas urbanas, industriais e comerciais; resíduos de  
209 mineração; resíduos sólidos e efluentes de criações domésticas. Os planos, feitos pela equipe local, um plano muito elogiado. E  
210 com a autorização deles alcançamos uma cópia para o Estado do Mato Grosso. Os programas: Programa – Banco de Dados  
211 Ambientais; Programa – Saúde Pública e Habitação, com a intenção de promover a integração do Plano Ambiental a área da  
212 saúde (Projetos – Assentamentos Habitacionais Irregulares, Seminário sobre o Estatuto da Cidade, Inventário das Vilas  
213 irregulares, Assentamentos); Programa de Saneamento para melhorar o manejo de lixo doméstico, visando proteger a população  
214 e o meio ambiente (Projetos – Manejo de Resíduos Sólidos Domésticos, Água e Esgotos); Programa Controle da Poluição,  
215 Programa Proteção e Recuperação de Ecossistemas e um Programa de Agropecuária. Ainda o Programa de Proteção do  
216 Patrimônio Histórico e Cultural e o Programa de Educação Ambiental, com essa lista de atividades a serem desenvolvidas,  
217 todos bem delineados. Um outro destaque, um elogio ao município, esses programas estão com recursos alocados no Plano  
218 Plurianual do município. Pendências, com tudo isso não tem nenhuma, e a votação não poderia ser diferente, foi por  
219 unanimidade. O terceiro é o **Município de Guaporé**, esse foi analisado há 15 dias e aprovado há 7 dias, duas sessões, duas  
220 reuniões. Está presente o Fernando, que é gestor municipal. O município fica na região nordeste do Estado do Rio Grande do  
221 Sul, com uma população de 20.074 habitantes, 313Km². O município possui 10 secretarias, entre os quais a Secretaria de  
222 Coordenação e Planejamento, e tem um Departamento de Meio Ambiente. O licenciador é um Engenheiro Civil, existe o fiscal,  
223 uma equipe multidisciplinar, no caso, uma empresa de consultoria que dispõe desses profissionais. A base econômica é tanto a  
224 agricultura, a silvicultura e a indústria bem forte e conhecida, principalmente em moda íntima e pedras semipreciosas. Então, os  
225 principais impactos têm a ver com isso. Os principais impactos: áreas de Preservação Permanente (Mata Ciliar); Saneamento;  
226 Resíduos Sólidos Industriais; Efluentes Líquidos; Poluição Sonora; Poluição Visual; Dejetos orgânicos de criações animais  
227 (suinocultura/avicultura). E os programas e projetos: Repovoamento do Pinheiro Brasileiro: visa o repovoamento do pinheiro-  
228 brasileiro (Araucária angustifolia); Controle da Qualidade de Água: monitorar a qualidade da água para consumo humano e  
229 promover a saúde da população; Determinação das Áreas de Conflitos de Uso da Terra; Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos;  
230 Gestão de Resíduos Sólidos Industriais; Sistema de Tratamento de Esgotos Domésticos; Programa de Gestão Ambiental  
231 relativo as criações de suínos e aves. As pendências são zoneamento ambiental, com um prazo exíguo, o município entende que  
232 consegue. Também foi assim aprovado, por unanimidade. O **Município de Rodeio Bonito**, região geográfica com o rio  
233 Uruguai, uma região conhecida como médio e alto Uruguai. População de 5.602 habitantes e uma área territorial de 83km². O  
234 município possui a Secretaria Municipal de Agricultura, com um departamento de meio Ambiente, com os licenciadores: um  
235 Engenheiro Civil e uma Bióloga. Há um fiscal ambiental e também um contrato de consultoria com a Empresa JR Ambiental,  
236 com essa lista de técnicos. A base econômica é a agricultura: soja, feijão; produtos da pecuária: suínos, gado de leite;  
237 piscicultura, uma atividade bastante intensa na região; mineração, com a extração de basalto e argila. Para quem conhece a  
238 questão dessa extração mineral, a ametista, tem a extração intensa desse mineral. Principais impactos ambientais são:  
239 desmatamento e drenagem em área de várzea; dejetos gerados pela suinocultura; dejetos gerados na atividade “gado leiteiro”;  
240 resíduos de embalagens vazias de agrotóxicos; açudagem; resíduos gerados pela indústria e prestadores de serviços; mineração  
241 (garimpos de ametistas); mineração (saibro/cascalheiras); esgoto cloacal; resíduos sólidos urbanos; resíduos dos serviços de  
242 saúde. Programas e projetos: Programa de Destinação dos Resíduos Sólidos, que é o Projeto de Coleta Seletiva do Resíduo  
243 Doméstico Urbano e Rural; Projeto de Educação Ambiental; Projeto da Unidade de Triagem e Compostagem; Projeto  
244 Devolução de Embalagem de Agrotóxicos. Programa de Conservação dos Solos; Programa Municipal de Licenciamento  
245 Ambiental; Programa de Saneamento Urbano e Rural; Programa de Monitoramento Ambiental. Pendências, saneamento  
246 ambiental, com 180 dias concedidos de prazo. Também a aprovação por unanimidade. São essas as apresentações, com  
247 possibilidade de serem verificados nos próprios processos e relatórios se houver alguma divergência. **Sr. Presidente:** A  
248 Conselheira Lisiane, da Mira-Serra. **Sra. Lisiane Becker:** Como os quatro municípios estão sob o domínio da Mata Atlântica,  
249 eu gostaria de entregar aos representantes dos municípios, e deixar aos que não estão presentes para ser enviado, este volume  
250 sobre a Mata Atlântica, porque eu, principalmente, noto a deficiência dos planos ambientais no trabalho de proteção da Mata  
251 Atlântica por parte dos municípios. Sobre Araricá gostaria de colocar, porque é do meu interesse, que não participei dessa  
252 reunião, tivemos uma reunião de categoria no Comitê Sinos e o meu suplente estava com um problema, não pôde comparecer,  
253 mas é um exemplo de como as coisas acontecem. Araricá está no Morro Ferrabraz, nesse lugar está havendo um projeto, já  
254 concluído, com audiências públicas para tratar tudo o que existe de meio biótico e abiótico nos municípios, inclusive, de  
255 Araricá. Eu posso afirmar de carteira, de cadeira, porque sou membro da Comissão Executiva do PPA, dessa (*iniciativa?*) do  
256 Ministério do Meio Ambiente. Esse mesmo projeto foi assinado com o dinheiro do PPA e do Banco KFW, foi aprovado e  
257 executado. A riqueza de material que esse projeto gerou é indescritível, inclusive, no ano passado, por audiências públicas, tive  
258 a oportunidade de depois olhar, no processo de Araricá consta, inclusive, o mapa fornecido pela ONG que executou esse  
259 projeto, mas não existe uma linha sequer falando sobre a unidade de conservação, programa de educação relacionado com esse  
260 trabalho, os próprios itens relativos a fauna e flora não contemplam esse estudo. Então, eu acho, realmente, uma grande falha  
261 em não ser percebido, até chegar à Câmara Técnica, e a própria falha do município em não ter considerado esse riquíssimo  
262 estudo. Isso para mim é inadmissível. Quanto à Guaporé e Rodeio Bonito, teria a dizer, também como Araricá, sem  
263 zoneamento, sinceramente, eu mesma já comentei inúmeras vezes o que a falta de zoneamento tem como consequência. E nós  
264 não temos nem o retorno daqueles que ficaram de entregar, do zoneamento foi entregue para nós uma lista, conforme foi  
265 solicitado pela Conselheira das Universidades Públicas. É uma grande quantidade de municípios que não haviam ainda  
266 cumprido as suas tarefas. Então, agora estamos com mais municípios sem entregar o seu zoneamento. E à Guaporé eu teria um

267 acréscimo a fazer, mais de ordem cultural, porque a nação Gê, o grupo Gê da nação Ibia, não é nação Ibia ou Caingangue. E o  
268 nome Guaporé não quer dizer Vale Deserto, porque, na verdade, é um lugar onde ocorrer muita enchente. Eu até aconselho o  
269 município olhar o livrinho da FAMURS ou consultar qualquer pessoa que entenda de cultura indígena, também a origem do  
270 nome do Município. **Sr. Presidente:** O Conselheiro da FAMURS. Há algum representante dos municípios aqui presente? O  
271 Município de Guaporé. Prefeito, nós sempre abrimos um espaço de 2 minutos para o município sustentar o porquê da busca da  
272 qualificação para as atividades de impacto ambiental. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Boa-tarde, Senhores Conselheiros, Sr.  
273 Presidente. Só vou-me manifesta referente à colocação da Conselheira da Mira-Serra. Caso tenha havido alguma denominação  
274 por parte do município, que, eventualmente, tenha deixado a desejar, tenho certeza que o município vai fazer a devida correção,  
275 mas isso não é impeditivo de levar o assunto à votação. Esse plano ambiental passou pelo próprio Conselho Municipal do Meio  
276 Ambiente, lá foi aprovado, passou por uma Câmara Técnica, passou por duas sessões. Então, essa questão de nomenclatura,  
277 essa questão do indígena, vou contar uma pequena história para vocês, tem muitas coisas que geram dúvidas, tem município  
278 aqui, vocês já ouviram falar de Pejuçara. Pejuçara é um nome indígena, tem muita gente que diz que significa *terra de ventos*  
279 *fortes*, por outro lado, tem uma interpretação, de outros antropólogos, que o mesmo local é *terra de determinado tipo de*  
280 *paineira*. Então, existem divergências, lamento que isso tenha acontecido, Conselheira, mas gostaria de pedir a ponderação  
281 disso. Quanto às ponderações feitas sobre o zoneamento, pessoalmente, entendo, concordo que todos têm que ter zoneamento,  
282 mas volto a colocar, salvo melhor juízo, água corre morro abaixo, nunca vi subir morro acima, o país não tem zoneamento  
283 ambiental, o Estado tem zoneamento ambiental para algumas coisas e nós municípios também não temos. Eu concordo, desde  
284 que todos o façam. Nesse sentido, convido os municípios aqui presentes, em função de toda essa celeuma, para nós todos  
285 constituirmos um trabalho, que está colocado no site da FAMURS. O município que quiser vai, através da FAMURS, poder  
286 obter a imagem de satélite do município com todos os mapas temáticos de importância da área ambiental. Junto com isso a  
287 FAMURS vai fornecer um curso de 16 horas, porque não adianta ter imagem, mapa e não saber usar. Nós já tomamos a  
288 liberdade de fazer um estudo no seguinte sentido: o município vai receber dentro da imagem do satélite a bacia hidrográfica, a  
289 subárea a qual ele participa, o COREDE, a associação de municípios; quer dizer, ele vai ter um conjunto de mapas que vão ser  
290 de utilidade para fazer planejamento e fazer o que aqui está sendo colocado como uma necessidade, o zoneamento ambiental.  
291 Obrigado. **Sra. Lisiane Becker:** Parabéns à FAMURS, porque com isso realmente vai melhorar o nosso trabalho também na  
292 Câmara. Eu fico imaginando como o município não sabe desse trabalho, quer dizer, sabe, porque está o mapa ali, participou da  
293 audiência pública; por que ele não utilizou o trabalho? O trabalho foi doado, eu me certifiquei para que todo o trabalho fosse  
294 para o município. Por que a Prefeitura não utilizou, então? Isso me preocupou, realmente. Tem verba federal, passou, foi feito  
295 por gente de gabarito, vai ser referência naquela região, gera unidade de conservação, a discussão do Comitê da Biosfera  
296 também foi apresentado, quer dizer, por que não existe uma linha mencionando que há possibilidade de criação de unidade de  
297 conservação? Eu começo a desconfiar da capacidade do município em buscar informações, não é nem buscar, porque a  
298 informação caiu no colo e não souberam nem aproveitar. Quanto à nomenclatura, claro que não é óbice para a votação, eu só  
299 quis colocar que a própria FAMURS publicou isso aí, além do que eu também conferi em outros lugares. Então, é só uma  
300 questão de cultura geral. **Sr. Presidente:** A palavra ao Senhor Prefeito de Guaporé. **Sr. Prefeito de Guaporé:** Doutor  
301 Francisco Simões Pires, Secretário Adjunto, Dr. Pieper, nós no município estamos totalmente interessados ao que diz respeito  
302 ao meio ambiente. Agora mesmo, questão de alguns meses, aprovamos o nosso Plano diretor, onde dedica uma área bastante  
303 grande, específica ao meio ambiente. Esse zoneamento já está feito dentro do Plano Diretor, agora existe uma comissão que está  
304 fazendo o zoneamento ambiental da Cidade, contratamos para isso uma empresa de Caxias do Sul, um técnico que está-nos  
305 dando assessoria técnica para isso. A população, a comunidade, a cidade sabe cuidar do seu meio ambiente, preserva, tanto que  
306 elegemos um *slogan* para Guaporé, *um bom lugar para se viver*. Nada melhor do que um bom lugar para se viver com um  
307 município que vive ambientalmente correto. Então, temos essa preocupação, temos muitas indústrias e a Prefeitura tem  
308 condições de orientar esse pessoal. Também dizer que essa palavra *Guaporé*, até agradeço a sua contribuição, mas eu tenho 67  
309 anos de vida, nasci e me criei em Guaporé, o meu primeiro ano de aula foi em Guaporé e aprendi que significa *vale sem gente*,  
310 ou *vale deserto*, que é um nome indígena que vem do Gê, da Tribo Caingangue. **Sra. Lisiane Becker:** É Guarani. **Sr. Prefeito**  
311 **de Guaporé:** Eu não estou discutindo, não tenho condições de discutir isso porque sou industrial, mas quero dizer que isso foi  
312 levado, existem três, quatro livros com a mesma definição, mas quando chegar em casa vou ver melhor. Isso não foi um  
313 desleixo nosso em colocar, isso vem há 103 anos que Guaporé significa *vale sem gente* e da Tribo Caingangue. Muito obrigado  
314 a todos e estaremos dentro do município cuidando com todo o fervor do meio ambiente. **Sr. Presidente:** Eu solicito que a  
315 Conselheira Lisiane faça a entrega desse material ao Sr. Prefeito. **Sra. Lisiane Becker:** Este é o material, espero que seja de  
316 bastante proveito, porque vocês têm uma mata maravilhosa lá. (*Palmas*). **Sr. Presidente:** Podemos votar, Senhores  
317 Conselheiros? Pieper. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Não precisam mais considerar os 180 dias de prazo para o zoneamento de  
318 Rodeio Bonito, porque a Câmara Técnica já entendeu, o atendimento está constando na ata e no encaminhamento elaborado  
319 aqui. Então, está superado. **Sr. Presidente:** Vamos para a votação individual dos processos. Entra em regime de votação o  
320 Processo 13.102, do Município de Guaporé. Quem é favorável que levante o cartão de votação. Dezesete. Algum voto  
321 contrário? Abstenções? Uma. **Aprovado.** Em regime de votação o Processo 17.300, do Município de Araricá. Quem é favorável  
322 que levante o cartão de votação. Treze. Algum voto contrário? Quatro. Abstenções? Uma. **Aprovado.** Em regime de votação o  
323 Processo 113.0500.0807, do Município de Charqueadas. Quem é favorável que levante o cartão de votação. Dezoito. Algum  
324 voto contrário? Abstenções? **Aprovado por unanimidade.** Em regime de votação o Processo 7708, do Município de Rodeio  
325 Bonito. Quem é favorável que levante o cartão de votação. Dezoito. Algum voto contrário? Abstenções? **Aprovado por**  
326 **unanimidade.** Vamos suspender por alguns minutos a sessão para podermos nos despedir do Dr. Alves, que parte agora com a  
327 comitiva de Mato Grosso. **Sr. Lourival Alves Vasconcelos:** Eu quero só complementar a minha fala, que o objetivo maior da  
328 nossa vinda até aqui foi justamente para termos de perto a apreciação desse processo de descentralização do licenciamento para  
329 os municípios. E quero dizer que na nossa pesquisa que foi feita, não por mim, mas pelo Secretário da nossa Comissão, obteve  
330 que o Rio Grande do Sul é o Estado que tem mais *know-how* nesse trabalho de descentralização. Como é algo que está dando  
331 certo viemos até aqui verificar. Então, vocês estão de parabéns, este Conselho também. O nosso muito obrigado, estamos  
332 partindo para Cuiabá e queremos dizer a vocês que o Estado do Mato Grosso tem dimensões continentais, temos três

333 ecossistemas importantes: o pantanal, o serrado e a Floresta Amazônica. Muito obrigado a todos. **Sr. Presidente:** Mais uma  
334 vez, é uma honra a todos nós recebemos uma comitiva de tão alto nível e que vem trocar experiência conosco. Muito obrigado e  
335 um bom retorno. Em seguimento, fica prejudicado o quarto ponto de pauta, que seria o julgamento de um recurso, porque a  
336 Secretaria informa que a Dra. Margere teve outro compromisso. Então, sai de pauta e volta para a próxima. O quinto item de  
337 pauta são contribuições que a FIERGS encaminhou, o representante da FIERGS, por favor. **5. Contribuições da FIERGS. Sr.**  
338 **Sidney Bruschi:** Boa-tarde a todos. Recentemente a FIERGS encaminhou à Secretaria algumas contribuições, são três, mas  
339 duas delas dizem respeito à FEPAM. Portanto, vou focar em uma delas, que trata mais diretamente a este Conselho.  
340 Especificamente, é sobre o padrão de lançamento do nitrogênio, constante na Resolução nº 128 do Conselho. Nessa resolução  
341 nós temos dois padrões para nitrogênio: o nitrogênio Kjeddall e amoniacal. Nessa resolução o padrão de lançamento é 75% de  
342 reposição do nitrogênio de Kjeddall, ainda 20mg/l de nitrogênio amoniacal, ou, alternativamente, nitrogênio Kjeddall menor que  
343 20, 15 e 10mg/l, respectivamente, para as vazões de 100, 1.000 e 10.000m<sup>3</sup>/dia. Na resolução do CONAMA nós temos apenas o  
344 padrão de nitrogênio amoniacal, 20mg/l para qualquer faixa de vazão. Nós queremos solicitar que seja submetida à análise da  
345 Câmara Técnica de Controle Ambiental a viabilidade de se regulamentar o padrão único de nitrogênio, idêntico ao padrão  
346 federal. Isso é, nitrogênio amoniacal menor ou igual a 20mg/l para todas as faixas de vazão, não fazendo mais regulamentações  
347 em cima da forma do nitrogênio Kjeddall. As justificativas são que a nossa resolução estadual é bem mais restritiva do que a  
348 resolução federal, do CONAMA. Além disso, os padrões EDQO, EDBO, que também estão dispostos na resolução do  
349 CONSEMA, já nos dão a variação sobre o teor de nitrogênio orgânico, que é uma das frações do nitrogênio Kjeddall. Então,  
350 seria essa a proposta, submeto ao Conselho. **Sr. Presidente:** Obrigado. Só faço uma observação, o CONAMA, na última sessão  
351 ordinária, retirou o nitrogênio amoniacal com relação ao sistema de tratamento de efluentes cloacais. Eu faço questão de dizer  
352 que na visão do Estado do Rio Grande do Sul, que eu tive a honra de representar a sessão, sustentou-se de modo diferente, em  
353 razão da Lei nº 11.445, de saneamento, estabelecesse não que retirada desse padrão, mas mantê-lo e a resolução possibilitar, em  
354 conjugação com a lei de saneamento, aquilo que está, não lembro se é no art. 33 ou 34, que fala no gestor ambiental estabelecer  
355 metas de atingir os padrões de lançamento de efluentes. Então, eu sustei isso junto com o pessoal da ABES, enfim, outros  
356 segmentos, mas ficou vencido e acabou sendo que o Conselho retirou da resolução o nitrogênio amoniacal. É importante,  
357 quando veio esse assunto à baila, passou pela Secretaria, já tinha sido deliberado pelo CONAMA a retirada desse padrão. **Sr.**  
358 **Sidney Bruschi:** Só para esclarecer, a nossa proposição não é sobre o nitrogênio amoniacal, é o nitrogênio Kjeddall. **Sr. Flávio**  
359 **Lewgoy:** Eu não sei se estou entendendo bem, a proposta é unificar todos os padrões. **Sr. Sidney Bruschi:** Apenas para o  
360 nitrogênio. A proposta é a Câmara Técnica analisar se há possibilidade de deixar a nossa resolução igual a do CONAMA,  
361 padrão para nitrogênio amoniacal. **Sr. Flávio Lewgoy:** É o seguinte: a lei diz que nós podemos ser bem mais restritivos, mas  
362 mais liberais não. Essa proposta, salvo melhor juízo, liberaliza a coisa. **Sr. Sidney Bruschi:** Não. Ficaria igual ao federal. **Sr.**  
363 **Flávio Lewgoy:** Mas se nós queremos e temos o dever de sermos mais restritivos, o que significa nitrogênio de Kjeddall?  
364 Permitam-me essa pequena digressão, mas é a minha área de formação. É basicamente proteína, ao passo que o amoniacal o  
365 nome já diz, é amônia. Então, são duas coisas diferentes. E no lançamento do nitrogênio de Kjeddall fica o lançamento, por  
366 exemplo, de resíduos de curtumes, de retalhos de couro cru, enfim, também das indústrias alimentícias. Então, eu entendo que  
367 não se deveria ficar na resolução CONAMA e sim na mais restritiva. Se vocês olharem as vazões, estão vendo claramente ali, a  
368 nossa resolução singulariza a vazão, que é uma coisa super importante. Vocês têm uma vazão de 50.000l/dia/m<sup>3</sup>, é importante  
369 restringir e não liberalizar. Era apenas isso. Obrigado. **Sr. Sidney Bruschi:** Eu queria esclarecer o seguinte: quando a proteína é  
370 degradada se quadra as cadeias de carbono e se quebra também a migração que tem dos vitamínicos. **Sr. Flávio Lewgoy:**  
371 Depende das condições ambientais. **Sr. Sidney Bruschi:** Nos tratamentos de efluentes ocorre isso. E o nitrogênio orgânico,  
372 então, transforma-se em nitrogênio amoniacal. Então, em cima do nitrogênio amoniacal o senhor já está considerando todas as  
373 formas de nitrogênio. Além disso, há monitoramento sobre teor de matéria orgânica, quando elas estão baixas os nitrogênios  
374 orgânicos já se transformaram em amoniacais. **Sr. Presidente:** O Conselheiro Germano, por favor. **Sr. Luiz Antônio B.**  
375 **Germano da Silva:** Esse assunto não é a primeira vez que vem para a pauta. Na outra vez o DMAE ou a CORSAN pediram  
376 essa restrição, a Sociedade de Engenharia, por um momento, foi contrária, porque aumentar a tolerância seria ilegal, nós temos  
377 que ser mais restritivos. Eu fui até o DMAE e conversei com o Dr. Flávio Presser e o Dr. Klein, eles me disseram o seguinte:  
378 ambientalmente falando, a nossa resolução está correta, o grande problema que existe é que tem estações antigas que  
379 consumiriam muito dinheiro para que se corrigir essas estações, em detrimento de novas. Então, eu disse que foi pedido ao  
380 Conselho que se aumente os valores, eles disseram: Não é isso que nós queremos, nós queremos que se mantenham os valores,  
381 mas que para aquelas estações antigas se dêem um prazo. Foi o que o CONAMA fez agora, deu mais prazo. Já existem estudos  
382 do DMAE para chegar aos níveis que estamos trabalhando hoje. Então, eu acho que nós devemos pensar bem nesse assunto. A  
383 minha opinião é levar esse assunto para a Câmara Técnica, porque é um assunto muito sério. Eu acho que a contribuição, no  
384 meu ponto de vista em condições normais de temperatura e pressão acontece essa igualdade. Então, a Câmara Técnica seria o  
385 fórum de melhor discussão. Essa sugestão de mandar para a Câmara Técnica eu acho excelente, é um assunto muito importante.  
386 **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Eu quero reforçar com esse espírito de que a legislação estadual não tem o direito de ser mais  
387 restritiva. E a legislação nacional se aplica a diversas situações, que muitas vezes são situações particulares, às vezes, a uma  
388 indústria específica, aí cabem análises mais específicas e essas restrições. Isso acontece também na legislação do ar, na  
389 legislação estadual, que agora esta na Câmara Técnica de Recursos Atmosféricos a questão da indústria do carvão, porque não  
390 acontece nas outras regiões do Brasil como aqui. Lembrar que a questão da veiculação dos valores com a vazão é prevista de  
391 certa forma no Código Estadual, que fala na capacidade do suporte dos recursos hídricos, que os padrões devem ser  
392 estabelecidos, observando a capacidade de suporte. É o que diz esse segundo parágrafo, quando veicula os valores às vazões.  
393 **Sr. Presidente:** A palavra está aberta para discussão. Podemos tirar como consenso o encaminhamento para as Câmaras  
394 Técnicas pertinentes? Então, deliberado pelo Plenário o encaminhamento. Alguém se opõe? Alguém se abstém? Então, foi  
395 aprovado por unanimidade. Entramos no Item Assuntos Gerais. **6. ASSUNTOS GERAIS.** Nós temos uma pendência da sessão  
396 passada, que foi um pedido encaminhado, a saída do INGÁ da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Na oportunidade eu  
397 falei, conhecendo o trabalho do INGÁ, todos nós somos sabedores, sistematicamente, da aptidão que as organizações não  
398 governamentais têm no plano, em especial, também, entre outras vertentes científicas, mas a participação e contribuição, a

399 forma de interlocução nas questões ambientais. Então, na oportunidade, aí o Dr. Paulo Brack disse que não há pessoas  
400 disponíveis, e como não havia quorum, embora não fosse um assunto para ser submetido à aprovação, porque a participação  
401 passa pelo Plenário, mas a saída, acredito eu, não precisa passar. Eu pedi que fosse repensado pelo INGÁ essa saída da Câmara  
402 Técnica de Educação Ambiental. Então, eu consulto o representante se a instituição avaliou ou não? **Sr. Tiago Eduardo**  
403 **Gerehn:** A questão foi discutida e mantida a decisão. Eu aproveito para perguntar sobre o processo de indicação, porque me foi  
404 informado que a Casa Civil solicitou o currículo. Então, isso é condicionante para a nomeação dos representantes? Inclusive,  
405 não estou votando hoje por causa disso. Então, se isso é condicionante e qual a base legal disso? **Sr. Presidente:** Eu recebi uma  
406 demanda da Conselheira Lisiane, da Mira-Serra, aí eu consultei o Tiago, nosso Secretário. Ele disse que veio o pedido  
407 solicitando que fosse encaminhado, junto com o pedido de indicação o currículo, mas pelo que eu entendo não é condição de  
408 nomeação. Pela informação seria só para constar nos arquivos, para conhecimento, só isso. Foi essa a informação que o Tiago  
409 colheu junto à funcionária da Casa Civil. **Sr. Tiago Eduardo Gerehn:** Então, eu peço para reiterar a indicação dos nomeados,  
410 solicito que isso não impeça a efetiva nomeação dos indicados. **Sr. Presidente:** É um trâmite burocrático apenas, geralmente  
411 atrasa um pouco pelo volume de trabalho, mas nós vamos dar especial atenção às nomeações. Nós temos pedidos de ingresso à  
412 Câmara Técnica. **Sr. Tiago Castagnetti:** Os Amigos da Floresta solicita participação de seus representantes na Câmara Técnica  
413 de Assuntos Jurídicos. Eles já fazem a indicação aqui: o Dr. Paulo Boaventura Iladino e o suplente Nelson. Então, seria isso,  
414 Presidente. **Sr. Presidente:** Fica aberto para questionamentos. Podemos deliberar sobre o ingresso da Amigos da Floresta?  
415 Quem se manifesta favorável ao ingresso, por favor? Doze. Quem é contra? Abstenções? Cinco abstenções. Por um princípio de  
416 transparência vou ler o ofício: Indicamos como nossos representantes no Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA o  
417 Engenheiro Florestal Leonel Freitas Menezes, como suplente o Engenheiro Agrônomo Paulo César Nunes Azevedo. Aberta a  
418 palavra aos Senhores Conselheiros. **Sr. Luiz Antônio B. Germano da Silva:** A Sociedade de Engenharia tem tido uma  
419 preocupação muito grande com a qualidade do ar de nossa Cidade de Porto Alegre e Grande Porto Alegre. Nós já solicitamos a  
420 esta mesa, que nos atendeu prontamente, foram feitas duas apresentações, mas foram feitas no final das reuniões, não teve o  
421 público que deveria ter por ser um assunto de tamanha relevância. Nós ainda vamos nos tornar uma grande São Paulo. Nós  
422 estávamos com os equipamentos sucateados, temos uma inspeção veicular já regulamentada que não está sendo adotada. Todos  
423 vocês já devem ter ficado atrás de um carro antigo, respirando monóxido de carbono. Então, eu solicito uma apresentação  
424 específica sobre esse assunto. A Sociedade de Engenharia está fazendo uma parceria para trazer gente de fora para falar sobre a  
425 qualidade do ar e outros assuntos na questão ambiental. Eu acho de vital importância, nós temos que ser pró-ativos nesse  
426 assunto, mas nós estamos reativos nesse assunto. Talvez depois da apresentação, em horário nobre, possamos levar esse assunto  
427 para a Assembléia Legislativa. Eu conversei com o dep. Benfran Rosado, ele disse que é possível levar para a Assembléia  
428 Legislativa. Nós temos que chamar atenção da nossa população para esse assunto. Nós já deveríamos, talvez, estar nos  
429 transportes coletivos com combustível à base de gás natural e não fizemos absolutamente nada. Os carros antigos não pagam  
430 imposto, deveria ser o contrário, porque são extremamente poluentes. Eu já vi que algumas providências estão sendo tomadas,  
431 nós estamos puxando o carro, nós temos que empurrar. Era isso. **Sr. Presidente:** O senhor propõe que o assunto volte, porém  
432 com mais informações e com a inversão de pauta? **Sr. Luiz Antônio B. Germano da Silva:** A condução é perfeita, para que a  
433 maioria dos Conselheiros tome conhecimento do assunto. **Sr. Presidente:** Eu sugiro consultar ao Plenário, não temos *quorum*,  
434 mas quem sabe sai da Mesa para a reapresentação dos trabalhos e complementação desde última reunião que foi apresentado,  
435 vem com o que tem sido construído com a Secretaria, bem como com a FEPAM. Aí faremos o pedido de inversão de pauta,  
436 mas fica a critério do Plenário. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Mais uma vez não fica muito claro qual o assunto vai ser trazido. A  
437 questão do sucateamento, as condições de monitoramento da qualidade do ar, a questão crítica da qualidade do ar, isso já foi  
438 trazido duas vezes. Na verdade, três para o Conselho. Vários encaminhamentos também foram feitos e a Câmara Técnica de  
439 Qualidade do Ar deliberou que o assunto vai ser tratado na Câmara Técnica sobre os fatos a seguir para restabelecer as  
440 condições de qualidade do ar. Não fica muito claro, mas prece que a ênfase é na qualidade do ar como ponto específico, porque  
441 se for na visão geral seria a terceira vez que vem para este Conselho. De certa forma alguma coisa pode andar através da  
442 Câmara Técnica, mas que também não se sente qualificada para tomar as providências de fazer um plano de restabelecimento  
443 das condições de monitoramento da qualidade do ar. É isso, talvez só trazer o assunto nós seja suficiente para empurrar o carro.  
444 **Sr. Presidente:** Eu vou pedir para o Tiago fazer um esclarecimento, eu acho que foi essa a sua preocupação que na ata não  
445 ficou claro. Deliberou-se pelo Plenário que houvesse um encaminhamento nesses termos, eu assinei o ofício, mas o Tiago pode  
446 explicar melhor. **Sr. Tiago Castagnetti:** Houve duas apresentações da rede de monitoramento da qualidade do ar da região  
447 metropolitana, dessas duas apresentações foi solicitado encaminhamento para a Câmara Técnica. Então, na reunião anterior foi  
448 feito esse encaminhamento ao Presidente da Câmara Técnica Permanente de Recursos Atmosféricos e Qualidade do Ar. Nós  
449 juntamos as duas atas das apresentações, destacamos o espaço dessas apresentações e encaminhamos à Câmara Técnica  
450 competente. Então, o assunto, o experiente, está tramitando nessa Câmara Técnica. Agora vocês têm muito mais subsídios para  
451 deliberar. **Sr. Luiz Antônio B. Germano da Silva:** Sr. Presidente, realmente, eu acho que vai ser como querer secar gelo.  
452 Quando eu pensei nessa apresentação, pensei em um trabalho que havia sido feito pela Câmara Técnica Provisória, encabeçada  
453 pelo Sr. Antenor Pacheco, ele fez um excelente trabalho. Eu solicitei que o trabalho fosse apresentado, aí enviaram outras  
454 pessoas, inclusive, demoraram para enviar as pessoas. Então, esse trabalho existe, gostaria que a Mesa pudesse verificar se há  
455 possibilidade daquele trabalho fosse apresentado. Realmente, daí seria mais interessante. **Sr. Tiago Castagnetti:** Esse trabalho,  
456 Conselheiro, é sobre poluição de veículo em uso? Eu sei que não é um trabalho pequeno, é um processo extenso, isso também  
457 está na Câmara Técnica de Recursos Atmosféricos e Poluição Veicular. Não está sendo dado andamento desse processo,  
458 inclusive, eu trouxe ele, encaminhei ao Presidente, encaminhamos para a Câmara Técnica, mas no momento não está sendo  
459 analisado. **Sr. Presidente:** O pedido é no sentido do autor do trabalho ser convidado a apresentar? Acho que ninguém se opõe a  
460 isso. Podemos colocar como indicação, como consenso do Plenário, que a Presidência do CONSEMA convida para a próxima  
461 reunião ordinária o Sr. Antenor Pacheco para apresentação do trabalho. Alguém se opõe a isso? Assunto superado. **Sr. Flávio**  
462 **Lewgoy:** Uma vez que as Câmaras Técnicas não precisam, necessariamente, serem integradas apenas por Conselheiros, podem  
463 convidar, receber colaboração de pessoas com saber reconhecido. Então, quero sugerir para essa Câmara Técnica um nome, o  
464 Fernando Paul Livi, uma pessoa com uma grande expertise, já apresentou muitos trabalhos sobre poluição do ar. É um

465 estudioso, uma pessoa digna. Eu não tenho o endereço dele, mas deve constar no catálogo de endereços. **Sr. Presidente:** A  
466 AGAPAN está requerendo? **Sr. Flávio Lewgoy:** A AGAPAN está querendo o convite ao Engenheiro Fernando Paul Livi para  
467 integrar a Câmara Técnica de Recursos Atmosféricos e Poluição Veicular. **Sr. Presidente:** Nós não temos quorum para  
468 deliberar, mas pode mandar por escrito. **Sr. Flávio Lewgoy:** Não, eu apenas deixo a sugestão. **Sr. Presidente:** Fica como um  
469 convidado, mas representando a AGAPAN. Assuntos Gerais. **Sra. Eloísa Rodrigues Quines:** Boa-tarde a todos, já com a Casa  
470 um pouco esvaziada, mas nós, representantes dos trabalhadores que tratam a nossa água do Estado do Rio Grande do Sul em  
471 347 municípios, convidamos a todos para participarem da nossa campanha da PEC, que estaremos apresentando para uma  
472 emenda constitucional, a exemplo do Uruguai. Nós estaremos apresentado em novembro para mudar a Constituição do Estado  
473 do Rio Grande do Sul e tornar a água não privatizada no Estado, assim como é hoje no nosso país vizinho, o Uruguai, que  
474 consta na sua Constituição que a água é um bem da humanidade e não permite nenhum tipo de privatização. Nós estamos com o  
475 projeto na rua e hoje fechou 223 instituições organizadas participando e mais de 500 mil assinaturas, e vamos chegar, com  
476 certeza, a 2 milhões de assinaturas. Nós estamos fazendo pré-conferências em todo o Estado do Rio Grande do Sul, temos a  
477 nossa primeira pré-conferência em Porto Alegre e região metropolitana, junto com o DMAE e outros órgãos, no Auditório  
478 Dante Barone, das 13 às 19 horas. É um movimento apartidário e convidamos toda a comunidade, todo o cidadão para  
479 participar e assinar a PEC, para mudarmos a Constituição do Estado. Estaremos realizando em todo o Estado e terminará em  
480 novembro com três dias, que será a Conferência Estadual, aqui em Porto Alegre, onde vamos entregar o abaixo-assinado na  
481 Assembléia Legislativa. Obrigada. **Sr. Presidente:** Mais alguém em Assuntos Gerais? Nós recebemos sugestões para a aquela  
482 reunião do CONSEMA e CRH, o segmento das Universidades Privadas sugeriu dia 16 de maio; a Mira-Serra 29 ou 30 de maio,  
483 13 ou 27 de junho; a Secretaria de segurança Pública 28 ou 29; FARSUL, o mesmo dia do CONSEMA; SEDAI 15 de maio;  
484 FIERGS 28 de maio. O CRH tirou como sinalização dia 13 de junho, às 14 horas, sexta-feira. Mesmo que estejamos com um  
485 *quorum* menor, a consulta aos Conselheiros é para evitar a convocação de uma reunião extraordinária. Os senhores concordam  
486 com essa data de 13 de junho? Então, expede-se a convocação para o dia 13 de junho, às 14 horas, aqui no auditório. Mais  
487 alguma manifestação? Em não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, renovo os agradecimentos, a gentileza, a atenção, a  
488 vontade de articulação, discussão que hoje aconteceu neste Plenário. Declaro encerrados os trabalhos e esta sessão. – *Encerram-*  
489 *se os trabalhos às 16h20min.*